

# Visão APSEF

Edição N° 24 - Março de 2015

A revista que acompanha você



## OS RALOS POR ONDE ESCORRE NOSSO FUTURO

Crise hídrica é o prenúncio da catástrofe que aguarda o mundo nos próximos anos

**DILMA PAGA CARO PELA  
VITÓRIA A TODO CUSTO**

**AUTOMEDICAÇÃO MATA 20  
MIL POR ANO EM TODO MUNDO**

**MARIA DA PENHA: A SAGA  
DE UMA MULHER GUERREIRA**

# NESTA EDIÇÃO



## 03 EDITORIAL

As crises que estão mudando a face do Brasil

## 04 ENTREVISTA

Uma mulher à frente do seu tempo

## 08 ESPECIAL

S.O.S. água: uma tragédia anunciada

## 14 POLÍTICA

O inferno astral da presidente

## 20 CIDADANIA

Leis que não saem do papel

## 24 SAÚDE

Os perigos da automedicação

## 28 SERVIÇO PÚBLICO

Ações judiciais

## 33 ARTIGO

Enigmas da economia

## 34 FIQUE LIGADO

Devolução da contribuição paga pelos aposentados e pensionistas

## 36 LAZER

Uma aventura para ninguém botar defeito

Uma publicação da



Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal

Presidente  
**Maria Cecília Soares da Silva Landim**

Vice-Presidente de Administração, Finanças e Patrimônio  
**Margarida Maria Gonzaga Pereira**

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos  
**Priscila Maria Lima Hipólito**

Ano 8 | Nº 24 | Março de 2015

Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais  
**Vera Regina da Silva Massena**

Vice-Presidente de Assuntos Sócio-Culturais  
**Carmem Camilo**

Conselho Fiscal  
**Arthur Oscar Franco de Sá**  
**Maria Alves Figueiredo**  
**Maria Eduvirgem Simas Pereira**

Endereço:

SCN Qd. 01, Bloco F, Nº 79,  
Salas 1211/1213  
Edifício América Office Tower  
Brasília / DF  
CEP: 70.711-905

Telefone:

0800 602 7171

E-mail: [presidencia@apsef.org.br](mailto:presidencia@apsef.org.br)

Site: [www.apsef.org.br](http://www.apsef.org.br)

Revista Visão APSEF

Diretor de redação  
**Francisco Amorim**

Editor-chefe:

**Washington Sidney**

Subeditora: **Carla Lisboa**

Editor de arte/finalização:  
**Elton Mark**

Conselho Editorial:

**Maria Cecília Landim**  
**Edson Teramatsu**  
**Francisco Amorim**  
**Washington Sidney**  
**Luiz Soares**

Impressão:

**Qualitá Gráfica e Editora**

# As crises que estão mudando a face do Brasil

Pela primeira vez na história do país, a região Sudeste enfrentou um drama antes restrito a alguns pontos do Nordeste e Centro-Oeste. A falta d'água mudou radicalmente a rotina dos paulistas, obrigando-os a conviver com o racionamento do produto. Prefeitos de boa parte dos municípios mineiros decretaram estado de calamidade pública e até a Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, ganhou ares de semiárido. A crise hídrica alardeada por grupos de ambientalistas tornou-se real. Tão real quanto as torneiras secas dos lares abastecidos pelo Sistema Cantareira.

A conta da falta de planejamento, da má gestão dos recursos naturais, da poluição, desmatamento e desperdício chegava a milhões de brasileiros, antecipando a catástrofe que se configura em um futuro não muito distante. Os números impressionam: o Brasil perde, na própria rede de distribuição, 37% de toda a água tratada. Só em 2013 o desperdício chegou a 6,53 trilhões de litros, seis vezes a capacidade total do Sistema Cantareira. Um prejuízo da ordem de R\$ 8 bilhões, segundo a ONG Trata Brasil. Multidões de brasileiros se viram forçadas a mudar de hábitos.

Nossos problemas não se restringem ao abastecimento de água. Por causa do excesso de gastos públicos e da irresponsabilidade de nossos governantes, a crise econômica bateu forte na porta dos brasileiros, na forma de um duro ajuste fiscal. Após vencer uma disputa acirrada com o senador Aécio Neves, a presidente Dilma Rousseff revelou, enfim, aquilo que escondera do país ao longo de toda a campanha eleitoral: um rombo de mais de R\$ 20 bilhões nas contas públicas. Para voltar a crescer, o Brasil terá de enfrentar medidas duras que, em um primeiro momento, gerarão aumento de tributos, desemprego, queda da renda e do consumo e restrições ao crédito.

A crise bateu também na porta da presidente. Frustrada com o que passou a perceber como estelionato eleitoral, a sociedade voltou às ruas em protestos contra a corrupção e os desmandos do governo. A popularidade de Dilma se transformou em cinzas na fogueira da insatisfação dos brasileiros. Associada ao mau desempenho da economia, a crise moral que atingiu a gestão petista com o escândalo da Petrobras enfraqueceu a presidente, tornando-a refém de seus aliados. As derrotas do Palácio do Planalto se sucedem no Congresso e o

racha ameaça não apenas o ajuste fiscal, como a própria governabilidade. Tudo aponta para uma grave crise institucional.

As crises hídrica, econômica, política e moral são os principais temas da revista *Visão APSEF*. Mas não ficamos por aí. Nesta edição de março, mostramos aos nossos leitores os perigos da automedicação, uma prática comum entre os brasileiros, sobretudo entre as pessoas da terceira idade. A ingestão de remédios sem orientação e receita médica tem matado por ano, em todo o mundo, cerca de 20 mil pessoas, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). E os idosos devem ter cuidados redobrados, pois a idade avançada os torna ainda mais vulneráveis aos efeitos colaterais. Em uma matéria especial, mostramos os malefícios desta prática e oferecemos uma série de dicas para se lidar com os medicamentos.

E neste mês, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, prestamos nossa singela homenagem às associadas, heroínas anônimas que escrevem a cada novo dia a história de suas vidas, de alegrias, superações, realizações, renúncias, abnegação, além do amor incondicional, sua espada imbatível na luta, na glória e na certeza de que vale a pena viver! Nesse contexto, entrevistamos uma guerreira que sobreviveu às agressões do ex-marido e, mesmo paraplégica após duas tentativas de homicídio, fez de sua vida um marco da luta contra a violência de gênero: a cearense Maria da Penha. Ela conta que tirou de suas filhas a força que precisava para levar adiante sua luta por justiça e fala do sucesso da lei que leva seu nome e dos ajustes que ela precisa sofrer para se tornar ainda mais efetiva.

Por fim, apresentamos aos nossos leitores o paraíso que a natureza esculpiu entre Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul, e Praia Grande, em Santa Catarina. Trata-se do Parque Nacional dos Aparados da Serra, reserva florestal administrada pelo IBAMA onde se encontra o Itaimbezinho, uma das maiores formações rochosas do Brasil. Entre rios, cachoeiras, cascatas e trilhas deslumbrantes, os visitantes se deleitam com tudo o que este cânion oferece, como passeios de bike, canoagem e rapel, tudo isso misturado com muita cultura e história.

*Boa leitura!*

**Maria Cecília Soares Landim**  
*Presidente da APSEF*

# Uma mulher à frente do seu tempo

Vítima de violências que quase a mataram, deixando-a em uma cadeira de rodas, Maria da Penha fez de sua luta um marco da proteção do gênero feminino em todo o país

► Carla Lisboa



Divulgação

**A** cearense Maria da Penha seria hoje apenas um número nas estatísticas de violência doméstica, não fosse o fato de ter sobrevivido a duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido, o colombiano Marco Antônio Heredia Viveros – uma delas com um tiro nas costas enquanto dormia e a outra eletrocutada no chuveiro. Paraplégica, em razão do primeiro atentado, ela fez de sua vida uma história de luta para colocar Heredia na cadeia. A luta se transformou em um livro que deu origem à Lei 11.340/2006, de proteção às mulheres, conhecida nacionalmente. Nessa entrevista exclusiva para a **Visão APSEF**, Maria da Penha conta que fez de suas filhas a força que precisava para levar sua causa adiante e fala do sucesso da lei que leva seu nome e dos ajustes que precisa para se tornar ainda mais efetiva.

**A senhora sofreu violências domésticas de todo tipo. E quase perdeu a vida por causa disso, o que lhe trouxe sequelas físicas e psicológicas. De onde a senhora tirou tanta força para superar tudo isso e ainda se tornar um exemplo de luta, uma referência para as mulheres?**

**MARIA DA PENHA** – Eu precisava ver a justiça ser feita. O Poder Judiciário do meu estado cozinhou esse meu problema por 19 anos e seis meses. E a finalização do meu processo aconteceu pelas pressões internacionais. E onde encontrei forças? Encontrei forças nas minhas filhas, porque entendi que quem me agredia deveria ser punido. E se não houvesse essa punição a violência contra a mulher continuaria. Não pensei que a luta chegasse a uma dimensão tão grande como chegou.

**Mas a luta valeu à pena...**

**MARIA DA PENHA** – Acho que fui coroada com êxito sobre o rumo que a minha história tomou. Porque, no momento em que percebi que a justiça não era feita – e isso é uma coisa comum no Poder Judiciário, no caso de violência contra a mulher, baseado na cultura machista, que ainda hoje é muito presente na nossa sociedade –, no momento em que o meu agressor foi julgado, na primeira vez, condenado e saiu do fórum em liberdade, senti a necessidade de escrever um livro contando a vergonha que era o Poder Judiciário. Coloquei o processo dentro do livro, as partes mais importantes, que eram as contradições do réu em diversos depoimentos que ele deu. Tanto na Secretaria de Segurança, que fez com que ele fosse indiciado como autor da tentativa contra a minha vida – porque ele contou que foi um assalto e

foi descoberto que não foi um assalto, foi uma história de premeditação –, como do Poder Judiciário. É tanto que, apesar da morosidade e graças às pressões internacionais, os recursos não foram aceitos e ele foi condenado pela tentativa de homicídio contra a minha pessoa.

**Qual o sentimento da mulher agredida pelo marido dentro de casa, na frente dos filhos? Frustração? Raiva? Medo?**

“ **A mulher agredida tem medo de denunciar. E sofre pelos filhos que estão sofrendo ao ver a mãe ser violentada, agredida** ”

**MARIA DA PENHA** – A mulher agredida sente tudo isso. Ela tem medo de denunciar. E tem raiva porque está sendo injustiçada. Seu companheiro não a trata como uma pessoa humana. E sofre pelos filhos que estão sofrendo ao ver a mãe ser violentada, agredida. Os filhos são impotentes diante da violência do homem agressor.

**E ainda tem as sequelas psicológicas, não é?**

**MARIA DA PENHA** – Tanto para a mulher como para os filhos. Todos os tipos de agressões que a lei tipifica são agressões que prejudicam a mulher. Porque ela está sendo agredida, quer patrimonialmente, quer moralmente, quando esse homem a denigre no meio de amigos ou no meio da sua comunidade. É a violência psicológica, aquela em que a mulher não sabe mais o que fazer para agradar o agressor. Fora a física. E, na realidade, a cada agressão que essa mulher sofre – que o agressor diz estar arrependido e a trata como uma princesa para ser perdoado –, a alegria de achar que conquistou esse espaço se desfaz em pouco tempo. E ela volta a ser agredida novamente, dessa vez com muito mais intensidade.

Walter Campanato/ABR



### É um ciclo...

**MARIA DA PENHA** – É o ciclo da violência. E é por isso que coloco para as mulheres a necessidade, se estão vivenciando esse ciclo, de procurar ajuda. Porque, provavelmente, lá no final de toda a história ela poderá ser assassinada.

### Quais seriam a origem e as causas da violência contra as mulheres?

**MARIA DA PENHA** – É uma questão de machismo, uma questão de educação, é aquela questão de que as mulheres sempre foram educadas como se fossem inferiores ao homem. Ao homem foram dados poderes e às mulheres, deveres. Quando ambos poderiam ter esses poderes e deveres iguais. Porque os dois são seres humanos. A mulher é capaz de exercer qualquer profissão que o homem exerce. E isso a gente tem visto. Como também a gente tem visto homens que são dedicados às suas famílias, que são parceiros de suas mulheres. Que vivem com suas famílias dentro de um equilíbrio. Mas a educação, essa cultura do machismo, tem interferido muito. Você há de convir que, depois de oito anos que a lei foi criada, as políticas públicas que fazem a lei sair do papel só existem nos grandes municípios que, geralmente, são as capitais. Raramente um município de pequeno porte tem essas políticas públicas. E por que isso acontece? Porque o gestor público é fruto dessa cultura machista. E não atende a mulher no seu município, não se preocupa

com essa questão. Por quê? Porque no seu município, por não existirem as políticas públicas, inexistente a pesquisa, a exposição de que tantas mulheres sofrem violência doméstica. Porque elas escondem isso e o fazem porque têm vergonha de expor para a comunidade que sofrem violência doméstica. Ela precisa ter um espaço que a atenda e a encoraje a denunciar e a tomar a decisão de sair daquela situação.

**A lei que leva o nome da senhora é considerada um marco na luta das mulheres contra a violência de gênero. Antes, elas se calavam diante das agressões. Agora, com a visibilidade que a lei ganhou, passaram a denunciar os agressores e há denúncias em grande quantidade. A que a senhora atribui o sucesso da lei?**

**MARIA DA PENHA** – A lei veio exatamente para atingir um ponto crucial na vida das mulheres. Veio dizer que as mulheres têm o direito de viver sem violência. E que, se querem romper um relacionamento que as maltrata, elas têm agora uma lei que lhes favorece para isso. A principal finalidade da lei não é punir os homens, mas punir os homens agressores. Aí entra naquele esquema: nas cidades onde a lei saiu do papel, as mulheres tomam coragem e denunciam. Mas nós temos ainda muitas mulheres envergonhadas e sem saber o que fazer da sua vida, porque não sabem onde denunciar seus casos, não têm conhecimento de que podem ligar para o número 180 e pedir uma orientação de outra cidade mais próxima da sua onde exista essa política pública de atendimento ao funcionamento da lei.

### Mas a imprensa tem ajudado a divulgar a lei...

**MARIA DA PENHA** – A imprensa é muito importante. Sempre, todos os anos, nessas datas comemorativas, faço muitas entrevistas para rádios. Acho que a comunicação é muito importante. Essas entrevistas chegam ao público-alvo. Tem uma pesquisa, que foi feita, se não me engano, pela SPM ou pelo Instituto Patrícia Galvão, que diz que 98% da população brasileira têm conhecimento de que existe a Lei Maria da Penha para as mulheres. Muitas não sabem como a lei funciona, mas sabem que essa lei existe.

**A lei pegou mesmo. Acha que houve mudança de comportamento e de cultura? Ou seja, mudou o comportamento do Judiciário, da polícia e de outras instituições públicas?**

**MARIA DA PENHA** – No início havia muita resistência e nem sempre o Estado cumpria o seu papel de proteger a mulher ou de punir o homem agressor quando este era preso em flagrante. Hoje em dia já há uma conscientização maior. O Poder Judiciário, junto com várias instituições, já tem os seus núcleos de gênero que estão trabalhando em conjunto. A criação da Patrulha Maria da Penha, por exemplo. São gestos que fortalecem a lei. Cada estado, cada instituição está procurando fazer o melhor para que a lei seja aplicada com segurança.

**O que a senhora acha da Lei do Feminicídio, sancionada no dia 9? Acha que a tipificação do crime e o aumento das penas vão ajudar a diminuir os homicídios de mulheres?**

**MARIA DA PENHA** – Acho que, se tivesse chegado algum tempo atrás, a Lei do Feminicídio não faria muita diferença. Mas hoje ela está acoplada ao conhecimento que se tem da Lei Maria da Penha. Então, é um passo a mais para que a lei, realmente, atinja seu objetivo de cuidar e proteger as mulheres em situação de violência e evitar esses assassinatos. E, no caso de acontecer, é importante que esse acontecimento vá para uma estatística, porque hoje, quando se fala em homicídios, estão inclusos homicídios de homens e mulheres. Mas está tipificado que aquela mulher morreu vítima da violência doméstica. E no momento em que a Lei do Feminicídio foi aprovada, essa estatística vai para o local certo. Porque aquela mulher foi assassinada por uma questão de gênero.

**O Ipea lançou um estudo sobre a efetividade da Lei Maria da Penha. O estudo mostra que, se não existisse a lei, o número de homicídios de mulheres seria 10% maior. Isso porque a lei interrompeu, em muitos casos, o ciclo da violência doméstica. Como a senhora vê isso?**

**MARIA DA PENHA** – Isso é muito importante porque, se a lei conseguiu levar a uma diminuição dos homicídios, eu digo que essa redução se deu nos municípios em que ela saiu do papel. A maioria dos municípios brasileiros não tem a lei trabalhada porque não tem as políticas públicas.

**De fato, o estudo também mostra que a efetividade da lei não se deu no Brasil de uma forma homogênea.**

**MARIA DA PENHA** – Então meu raciocínio está certo. Agora você imagina se todos os gestores públicos se sensibilizarem e fizerem com que as políticas públicas sejam criadas para que as mulheres daqueles municípios pequenos e médios tenham essas garantias. Isso não precisa ser exatamente em cada município. Vamos supor que isso seja feito em municípios a partir de 70 mil habitantes ou a partir de 100 mil habitantes. E que seja feito um trabalho em que os pequenos municípios vizinhos criem essas políticas públicas para dar chance à mulher de um município próximo recorrer a outro. Quer dizer, num primeiro momento, tem que se fazer alguma coisa, não é? Num segundo momento, cada município individualiza a sua política pública.

**Temos também um quadro dramático de violência contra idosos. O que a senhora acha disso? Quais seriam, na sua avaliação, as causas da violência contra as pessoas da terceira idade? Afinal, muitas famílias são sustentadas pelos idosos.**

**MARIA DA PENHA** – Todos os tipos de violência são inadmissíveis. Para isso também contamos com o Estatuto do Idoso e se a vítima for uma mulher também pode ser acionada a Lei Maria da Penha. É lamentável que nossos idosos, nessa fase da vida em que deveriam gozar de paz e tranquilidade, passem por agressões, humilhações e constrangimentos. É nossa responsabilidade proporcionar uma velhice tranquila aos nossos pais, avós, tios e demais membros da família. Muitas vezes a atenção e o carinho são tudo o que eles querem. Pensemos nisso! ■

# S.O.S. água: uma tragédia anunciada

Seca no Sudeste mostra o drama que o país enfrentará se nada for feito para conter a crise hídrica. Desperdício, poluição e desmatamento são causas da falta do produto

► Carla Lisboa

Reprodução



**F**abiano Cagnin, 37 anos, foi uma das pessoas mais atingidas pela falta d'água na capital paulista em 2014. Isso porque, com a irregularidade no abastecimento, os donos de bares passaram a negar até mesmo um copo do produto aos moradores de rua, como ele. Muitas pessoas ficaram sem água para beber, tomar banho e usar banheiros públicos nas tendas do programa municipal De Braços Abertos, em razão da interrupção do fornecimento. Esse fato, noticiado por um jornal paulista, deu uma boa mostra do drama que os paulistanos viveram em razão da seca do ano passado.

Mas o problema não se limitou a São Paulo. Metade dos 853 municípios mineiros sofreu com a falta d'água em 2014. Em alguns deles os prefeitos decretaram calamidade pública. Cidades históricas, como Ouro Preto e Diamantina, cancelaram o Carnaval e amargaram prejuízos, já que recebem milhares de turistas nessa época do ano. Com a estiagem, a Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, lembrava o sertão nordestino. Afinal, por que a seca, antes restrita às regiões Nordeste e Centro-Oeste, atingiu tão duramente o Sudeste? E por que isso acontece em um país que tem o maior manancial de água doce do planeta?

São muitas as causas da crise hídrica no Brasil. Começam pelo desperdício e desaguam na falta de planejamento e má gestão deste recurso. Segundo o Instituto Trata Brasil, ONG que se dedica ao estudo do acesso à água, coleta e tratamento de esgotos, o país desperdiça 37% de toda água distribuída devido às perdas na rede de distribuição. Só em 2013, o desperdício chegou a 6,53 trilhões de litros, seis vezes a capacidade total do Sistema Cantareira. “Em termos financeiros, as perdas na distribuição representam R\$ 8 bilhões, ou seja, 80% dos investimentos feitos em água e esgoto no período analisado”, diz o presidente da ONG, Édison Carlos.

Segundo ele, é dinheiro demais para um setor que precisa investir muitos recursos a fim de recuperar o atraso de duas décadas, principalmente no que



Divulgação

**“ Em termos financeiros, as perdas na distribuição representam R\$ 8 bilhões, ou seja, 80% dos investimentos feitos em água e esgoto no período analisado ”**

**Édison Carlos, presidente da ONG Trata Brasil**

diz respeito ao tratamento de esgoto e à redução de perdas. O estudo mostra que 3,5 bilhões de litros do volume total de água desperdiçada no Brasil se perderam em vazamentos na rede, o que representou um prejuízo de R\$ 1 bilhão. Outros 2,4 bilhões se deram por fraudes ou ligações clandestinas, que resultaram na perda financeira de R\$ 6,7 bilhões. “Se conseguíssemos reduzir o índice para 25% em 20 anos, que é um cenário conservador, o ganho seria de R\$ 40 bilhões”, calcula Édison.



A Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, lembrou o sertão nordestino no ano passado

## POLUIÇÃO

A poluição dos mananciais também compromete o abastecimento de água de qualidade para os brasileiros. O fenômeno ocorre em todo o país e é resultado da ocupação irregular do solo perto das margens dos rios, despejo de lixo doméstico e industrial, falta de punição para os poluidores e baixos investimentos do setor público no tratamento de esgotos. Os rios Tietê (SP), Iguazu (PR) e Ipojuca (PE) são os mais poluídos.

A poluição é também o principal causador de morte de peixes nos rios, do mau cheiro e desenvolvimento de micro-organismos na água, facilitando a proliferação de doenças em casos de enchentes. É provocada pelo descarte do lixo sólido nas águas e pelos produtos químicos despejados por muitas indústrias. Com o tempo, esse lixo se acumula e provoca assoreamento

**A poluição é também o principal causador de morte de peixes nos rios, do mau cheiro e desenvolvimento de micro-organismos na água, facilitando a proliferação de doenças em casos de enchentes**

do rio, o que causa transtornos para a população quando ocorrem chuvas.

Kellen Larrosa, especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), lembra que este é um bem indispensável às atividades humanas. Alterar sua qualidade prejudica a vida do homem e dos outros seres que dele dependem. “A água poluída pode se tornar um veículo direto de vários contaminantes causa-

dores de doenças graves de caráter epidêmico. Além disso, a poluição pode exercer um efeito indireto, de implicações econômicas consideráveis, por interferir ou prejudicar o uso”, observa.

Em dezembro de 2014, moradores de Salto, interior de São Paulo, foram surpreendidos por uma manta de poluição que escureceu as águas do Tietê. Equipes da prefeitura retiraram do rio 40 toneladas de peixes, na

## 10 MANDAMENTOS PARA ECONOMIZAR ÁGUA

**01** Ao tomar banho, molhe o corpo, feche o chuveiro, se ensaboe e depois abra para enxaguar. Não fique com o chuveiro aberto. O consumo cairá de 180 para 48 litros e haverá economia de água e dinheiro.

**02** Ao escovar os dentes, enxague a boca com a água do copo. Com isso economizará até três litros de água.

**03** Verifique se a válvula da descarga da privada não está com defeito, aperte-a uma única vez e não jogue lixo e restos de comida no vaso sanitário.

**04** Feche bem as torneiras. Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros por minuto. Pingando, 46 litros ao dia. Isto significa 1.380 litros por mês.

**05** Um buraco de dois milímetros no encanamento desperdiça cerca de três caixas d'água de mil litros. Muita atenção com os vazamentos.

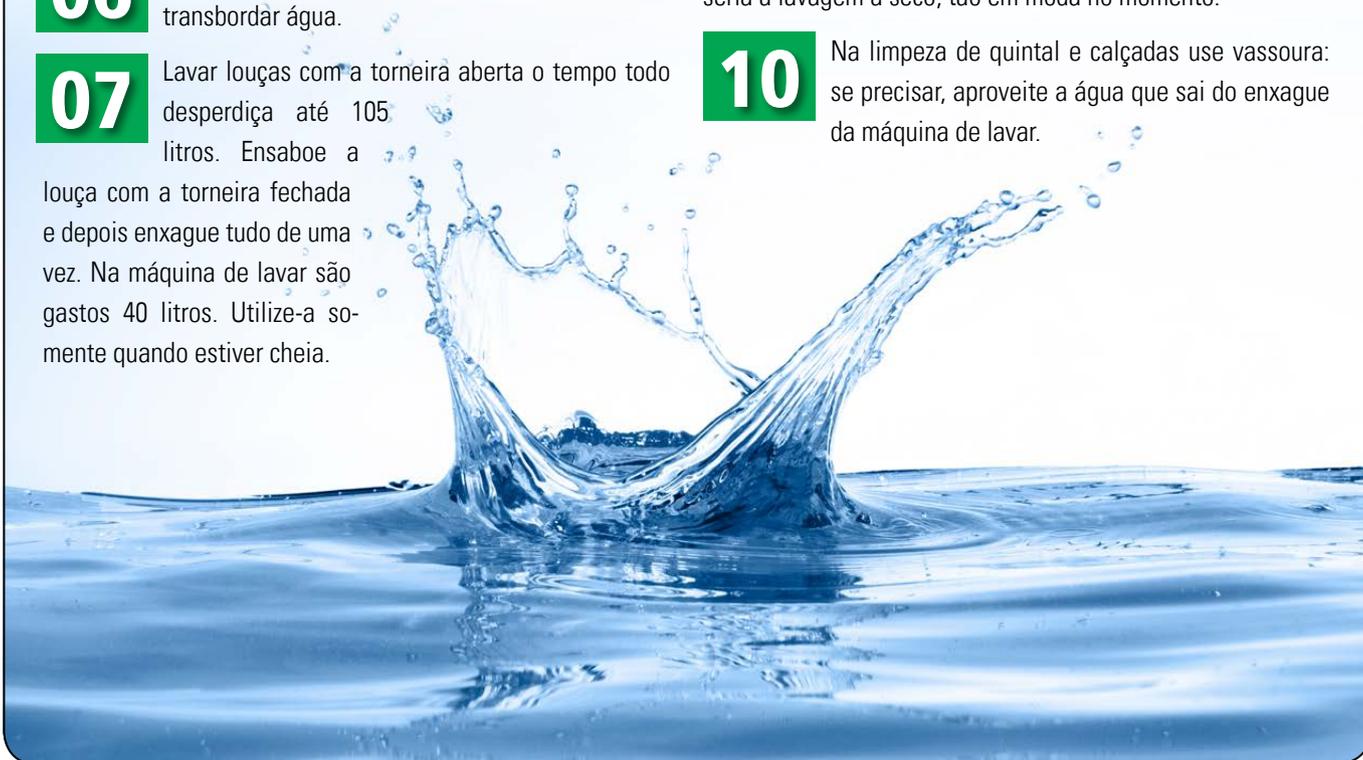
**06** Mantenha a caixa d'água tampada e não deixe transbordar água.

**07** Lavar louças com a torneira aberta o tempo todo desperdiça até 105 litros. Ensaboe a louça com a torneira fechada e depois enxague tudo de uma vez. Na máquina de lavar são gastos 40 litros. Utilize-a somente quando estiver cheia.

**08** Jardins e plantas podem ser regados dia sim, dia não durante o inverno, pela manhã ou à noite. Use mangueira com esguicho-revólver ou regador.

**09** Lavar carro com uma mangueira gasta 600 litros de água. Só lave o carro uma vez por mês, com balde de 10 litros, para ensaboar e enxaguar. Para isso, use a água da sobra da máquina de lavar louça. O ideal seria a lavagem a seco, tão em moda no momento.

**10** Na limpeza de quintal e calçadas use vassoura: se precisar, aproveite a água que sai do enxague da máquina de lavar.





**A poluição tem afetado o Rio Tietê, em Pirapora do Bom Jesus, município localizado no interior de São Paulo**

maior mortandade já registrada na cidade. Foi preciso usar uma retroescavadeira para retirar os peixes mortos da água. “Foi o maior desastre dessa natureza no nosso município”, admitiu o secretário de Meio Ambiente de Salto, João De Conti. Tratada, essa água daria para abastecer milhões de paulistas.

### **CRIMES AMBIENTAIS**

A ação do homem na natureza também contribuiu para a escassez de água. Relatório divulgado pela ONG ambientalista WWF Brasil aponta o desmatamento na Amazônia como uma das possíveis causas da maior seca do Sudeste nos últimos 80 anos e da consequente crise hídrica na região. Especialistas esclarecem que, devido à capacidade das árvores de absorver água do solo, a Floresta Amazônica possui um importante papel para a regulação do clima na América do Sul. Ela libera umidade para a atmosfera, mantendo o ar em movimento e levando chuvas para todo o continente.

A umidade, segundo eles, é exportada para regiões distantes pelos “rios voadores” – sistemas aéreos de vapor –, irrigando áreas no Sul, Sudeste, Centro-Oeste do Brasil, além de Bolívia, Paraguai e Argentina. Esse fato foi comprovado por diversos estudos. E reforçado por um relatório que reúne artigos sobre o potencial climático da floresta, divulgado em outubro de 2014 pela Articulação Regional Amazônica (ARA).

Entre agosto e setembro de 2014, foram desmatados 1.626 Km<sup>2</sup> da Floresta Amazônica, um aumento de 122% em comparação com os mesmos meses de 2013. Na véspera do segundo turno das eleições, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) encaminhou esses dados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas o governo impediu a divulgação para não prejudicar a reeleição da presidente Dilma Rousseff. O Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional, com forte influência dos latifundiários e pecuaristas, torna as perspectivas sombrias para a região.

Outro resultado do desmatamento é a redução do volume d'água dos rios. Em setembro de 2014, o diretor do Parque Nacional da Serra da Canastra, Luiz Arthur Castanheira, alertou que a nascente do São Francisco, situada em São Roque de Minas, havia secado. Essa é a principal nascente do rio, o maior do Brasil, com 2.700 Km<sup>2</sup> de extensão. A bacia hidrográfica do São Francisco abrange 504 municípios de seis estados – Bahia, Minas, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás –, além do DF. O rio nasce na Serra da Canastra e desemboca no Atlântico, na divisa entre Alagoas e Sergipe.



### PREVISÃO PESSIMISTA

Convidado no ano 2000 por uma revista a fazer projeções sobre o futuro do Brasil e como seria a vida dos brasileiros em 2015, o especialista em recursos hídricos Marcos Freitas, ex-diretor da Agência Nacional das Águas (ANA), deu uma resposta estranha para a época. Segundo ele, apesar de ter o maior volume de água doce do planeta, o Brasil viveria uma grave crise hídrica. A previsão se confirmou.

“Entre 1998 e 2000, trabalhei na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde nos preocupávamos muito com a quantidade de água disponível. Quando fui transferido para a ANA, em 2001, e comecei a prestar atenção na qualidade, fiquei estarecido com a poluição de rios e a falta de tratamento. Era questão de tempo”, disse o técnico. Segundo ele, a situação observada há 15 anos foi comunicada aos governos paulista e federal, que a ignoraram. Ele atribui o descaso à “surdez pluripartidária”, já que obra de saneamento não aparece e, por isso, não dá voto. “É impressionante que até hoje a ANA

**Além de prejudicar o abastecimento nas grandes cidades, a escassez de água preocupa o desenvolvimento agrícola do país**

não consegue exercer poder de polícia e cuidar dos mananciais”, diz o técnico.

Além de prejudicar o abastecimento nas grandes cidades, a escassez de água preocupa o desenvolvimento agrícola do país. E poderá afetar a economia do país e a segurança alimentar das pessoas, alerta o diretor-geral da FAO, agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para a agricultura e a segurança alimentar, o brasileiro José Graziano da Silva.

“Nós estamos tendo uma quebra enorme da safra de todos os produtos. Até mesmo da cana de açúcar, que é bastante insensível ao regime de chuvas. Isso vai resultar em aumento de preços. Aliás, estamos vendo muita oscilação de preços resultante do impacto das mudanças climáticas. Há uma irregularidade da produção. Situações de seca, que antes se repetiam a cada cem anos, agora ocorrem a cada 20 anos”, afirma o dirigente. ■

# O inferno astral da presidente

Após dizer que faria o diabo para se reeleger e de mentir sobre a situação da economia, Dilma vive uma crise sem precedentes, que transforma em cinzas a sua popularidade

► Washington Sidney



“**A**ssim como uma gota de veneno compromete um balde inteiro, a mentira, por menor que seja, estraga toda a nossa vida”. Se tivesse levado em conta essa máxima do indiano Mahatma Gandhi, a presidente Dilma Rousseff talvez não enfrentasse hoje uma crise tão profunda. Em geral, presidentes em início de mandato vivem em lua-de-mel com a sociedade. Dilma, com três meses no cargo, comanda um governo sem credibilidade, desgastado, com a popularidade em queda livre e a base aliada rachada no Congresso. É o preço que paga pela vitória a todo custo no ano passado. “Podemos fazer o diabo quando é hora de eleição”, disse ela, em 2013.

Dilma ganhou seu passaporte para o inferno astral nas eleições, quando mentiu para os brasileiros dizendo que a economia ia bem. Mal as urnas foram fechadas, anunciou um rombo de R\$ 20 bilhões nas contas públicas, o maior da história do país, resultado das medidas calculadamente adotadas para garantir a reeleição, como o represamento de preços dos combustíveis e da energia elétrica para conter uma inflação que insistia em ultrapassar a meta, desonerações para turbinar o PIB e subsídios ao crédito privado – estratégias que derrubaram a arrecadação e travaram o crescimento do país.

A conta da irresponsabilidade e da ganância chegou com um duro ajuste fiscal, cujo objetivo é economizar R\$ 80 bilhões para garantir o superávit primário e, assim, manter a credibilidade junto aos investidores. Enquanto contornava a desconfiança do mercado nomeando o novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a presidente Dilma, antes mesmo de começar o novo mandato, aumentava as taxas de juros, os preços dos combustíveis e as tarifas de energia elétrica. Frustrada, a sociedade amargava a sensação de ter sido vítima de um estelionato eleitoral

**A conta da irresponsabilidade e da ganância chegou com um duro ajuste fiscal, cujo objetivo é economizar R\$ 80 bilhões para garantir o superávit primário e, assim, manter a credibilidade junto aos investidores**



Divulgação

**Entre a cruz e a caldeirinha: Dilma Rousseff paga caro pelos erros que cometeu na economia em seu primeiro mandato e pela omissão durante a campanha eleitoral**

e os economistas alertavam que o país teria outra década perdida.

Especialistas preveem dois anos de recessão para o Brasil. Vários setores da economia, como a indústria e a construção civil, já apresentam retração. Em janeiro, 81.774 vagas de trabalho foram fechadas. Em fevereiro, a taxa de desemprego apurada pelo IBGE subiu para 5,9%. E a tendência é piorar, tendo em vista o aumento de 150% nas alíquotas de contribuição previdenciária que incidem sobre o faturamento de empresas de 56 setores, como parte do ajuste fiscal. A alta do dólar corrói a renda e a confiança de empresários e trabalhadores e derruba as ações na Bolsa. Relatório do Banco Central revela piora de expectativas para a inflação, que já beira os 7%. A Selic deve chegar a 13,5% no meio do ano. Segundo o IBGE, o PIB de 2014 ficou em 0,1%, o pior dos últimos cinco anos. O consumo recuou, o brasileiro perdeu poder aquisitivo e os investimentos despencaram 4,4%.

Joaquim Levy admite: 2015 será um ano pior. Os economistas concordam. “Temos um ambiente desequilibrado, com baixo crescimento e queda na atividade econômica. Com o aumento de impostos, as empresas terão de demitir para reduzir custos com

Divulgação



folha de pagamento. Não tenho dúvidas quanto à recessão em 2015 e nos anos seguintes. A inflação é o mais perverso dos impostos e já chega à estimativa de 6,5%, muito acima do ideal. O Brasil começa a ressuscitar um cenário que não gostaríamos de ter novamente: de queda na renda real do trabalhador. Isso reduz o consumo e quebra o dinamismo econômico”, avalia o economista Francisco Assunção e Silva, especialista em finanças e negócios internacionais.

Dilma põe toda a culpa dos problemas da economia na crise mundial e na seca prolongada. Mas especialistas apontam para o desgaste do modelo de crescimento do país. “Em princípio essa afirmação não está errada, pois tanto a economia global enfraquecida como os fatores climáticos são fundamentais para a conjuntura estancada no Brasil. Mas é muito simplista relacionar a forte desaceleração econômica

somente a fatores externos, fora do alcance do governo brasileiro”, diz a economista Simone Schotte, do Instituto Alemão de Estudos Globais e Regionais (Giga), de Hamburgo.

### RACHA NA BASE

Enquanto o cenário econômico se deteriora, o ambiente político torna-se cada vez menos favorável ao governo. Inábil, Dilma pôs em risco o ajuste fiscal que pretende aprovar no Congresso e a própria governabilidade ao enfraquecer sua base de sustentação. Com receio de se tornar refém de seu maior aliado, articulou uma estratégia para minar o PMDB: nomeou o ex-prefeito paulista Gilberto Kassab (PSD) para o Ministério das Cidades e o ex-governador Cid Gomes (PROS-CE) para o da Educação. E incentivou-os a montar uma nova sigla com o propósito de atrair parlamentares de outros partidos, em especial do PMDB.

A jogada irritou os peemedebistas.

A tentativa de jogar para o Congresso o ônus do escândalo da Petrobras azedou ainda mais a relação com o maior aliado. O vazamento da lista dos parlamentares a serem investigados pelo STF por suspeita de envolvimento no Petrolão e as reuniões do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, com advogados das empreiteiras revoltaram os peemedebistas Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e Renan Calheiros, presidente

do Senado. “Vou subir o tom”, ameaçou Cunha, anunciando que adotará uma postura ainda mais independente em relação ao Palácio do Planalto.

O presidente da Câmara, que chegou ao cargo contra todos os esforços empreendidos por Dilma, já vinha tomando decisões que contrariavam o governo, como a abertura de nova CPI para investigar o escândalo da Petrobras e a aprovação da PEC das Bengalas, que tira de Dilma a chance de nomear cinco

**“ O Brasil começa a ressuscitar um cenário que não gostaríamos de ter novamente: de queda na renda real do trabalhador. Isso reduz o consumo e quebra o dinamismo econômico ”**

**Francisco Assunção e Silva, economista**



**Cerca de dois milhões de brasileiros foram às ruas de todo o país no dia 15 de março protestar contra o governo e a corrupção**

novos ministros do STF até o final de seu mandato. A proposta eleva de 70 para 75 anos a idade-limite para a aposentadoria nos tribunais. Renan Calheiros pegou ainda mais pesado.

“O jogo do governo era: ‘Quanto mais gente tiver [na lista], melhor, desde que tenha o Aécio’. Essa era a lógica do Planalto”, diz o senador. Segundo ele, quando soube que Aécio estava fora da lista, Dilma ficou irritada e mudou a estratégia: “Ela só soube que o Aécio estava fora na noite da terça-feira, quando o Janot entregou os nomes para o Supremo. Aí a lógica foi clara: vazar que estavam na lista Renan e Eduardo Cunha. Por quê? Porque querem sempre jogar o problema para o outro lado da rua. Foi algo dirigido. Havia dezenas de nomes, mas o Planalto deliberadamente direcionou a cobertura da mídia para dois

nomes. Dois nomes que retiravam o governo momentaneamente dos holofotes”.

As retaliações não tardaram: depois de dizer que a coalizão de Dilma estava “capenga” e de se recusar a comparecer a um jantar que ela ofereceu para o PMDB, Renan devolveu ao Palácio do Planalto a MP que eleva tributos sobre a folha de pagamentos, alegando que não havia urgência na proposta e que esta não poderia ser feita por meio de medida provisória, mas por decreto-lei. Agora o PMDB condiciona a aprovação do ajuste fiscal ao enxugamento da máquina: quer que o governo reduza o número de ministérios de 39 para 20 e acabe com centenas de cargos comissionados.

Na Câmara, o clima se tornou mais pesado para o governo. Convidado a explicar a declaração que dera para a comunidade acadêmica da Universidade



Federal do Pará – de que “há 300 a 400 deputados que querem ver o governo frágil para poder achacar mais” –, o então ministro da Educação, Ciro Gomes, em vez de se desculpar com os parlamentares, disse no plenário da Casa, em alto e bom tom, apontando o dedo para o deputado Eduardo Cunha: “Prefiro ser chamado por ele de mal educado do que ser acusado, como ele, de achaque”. Cid acabou demitido pela presidente Dilma a pedido do presidente da Câmara.

Rodolfo Teixeira, cientista político e doutor em sociologia política, acha que a crise é antiga e começou no governo do ex-presidente Lula, com a divisão do governo em uma quantidade absurda de ministérios e a redução da influência de seu maior aliado, o PMDB. “A cúpula do PT tem uma dificuldade enorme em distribuir poderes e acaba dando mais crédito a partidos menores, que não garantem vitórias nas votações, a

exemplo do que vimos na escolha da presidência da Câmara. O próprio Michel Temer já reclamou de não participar das principais decisões”, lembra Rodolfo.

Segundo ele, o cenário econômico ruim também contribui para agravar a crise entre Executivo e Legislativo. “Quando o país está crescendo a seis ou sete por cento ao ano, a taxa de desemprego e os juros estão baixos e o dólar num patamar aceitável, todos querem surfar na onda de boas notícias. Se não, os poderes tendem a agir de forma independente. O PMDB está tentando deixar claro que quem deve pagar a conta é só o PT, já que concentrou o poder nas principais decisões”, avalia o cientista político.

## **A CRISE MORAL**

A crise moral joga ainda mais lenha na fogueira que transforma em cinzas a governabilidade da

presidente. As revelações do ex-gerente da Petrobras, Pedro Barusco, em depoimento à CPI que investiga a corrupção na empresa, de que o esquema se institucionalizou em 2003, durante o governo do ex-presidente Lula, e de que a campanha eleitoral de Dilma recebeu um repasse de 300 mil dólares da empresa holandesa SBM Offshore, em 2010, deixaram o Palácio do Planalto e o PT em saia justa.

Cientes de que o PT teria recebido R\$ 200 milhões em propina nos 90 maiores contratos da Petrobras, conforme estimativa do delator Pedro Barusco, os brasileiros começaram a expressar insatisfação com o ajuste fiscal, com a crise da economia e com o governo. No dia 15 de março, dois milhões de brasileiros foram às ruas deixar claro aquilo que os painéis e vaia a Dilma nos eventos oficiais já sinalizavam: a sociedade se sente enganada e gostaria que a presidente deixasse o governo.

Foi o que revelou pesquisa feita pelo instituto MDA, encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), após o protesto. Segundo o levantamento, feito com duas mil pessoas em 25 municípios, 59,7% dos brasileiros são a favor do impeachment da presidente e só 13% aprovam o governo dela. Do total de entrevistados, 55,7% disseram que votariam no senador Aécio Neves, se a eleição fosse hoje, e apenas 16,6% em Dilma. O pessimismo dá o tom da pesquisa: 77,7% desaprovam o desempenho da presidente. A avaliação negativa do governo chegou a 64,8%. Pior: 67,9% atribuem os atos ilícitos na Petrobras ao ex-presidente Lula e 68,9% acreditam que Dilma sabia da corrupção na empresa.

### PROVA DE FOGO

Cientistas políticos acreditam que Dilma só vencerá essa prova de fogo se conseguir recuperar a confiança de seu eleitorado, ampliar o diálogo com a base aliada e retomar o crescimento da economia. "Dilma montou



**“ O PMDB está tentando deixar claro que quem deve pagar a conta é só o PT, já que concentrou o poder nas principais decisões ”**

**Rodolfo Teixeira, cientista político**

do Insper.

Ricardo Ismael, cientista político da PUC-Rio, reforça a opinião do colega. Segundo ele, “Dilma precisa urgentemente reconhecer que errou”, mas ainda tem dificuldades sobre qual estratégia de comunicação adotar. “A presidente não conseguiu explicar por que mudou o discurso de campanha nem por que a população deve se submeter a tantos sacrifícios. A insatisfação popular não é pelo terceiro turno. Ela é objetiva: o governo está tomando medidas impopulares e não resta dúvida de que isso gera uma reação negativa da população”, pondera. ■

uma cilada para si mesma durante a eleição, ao prometer que não mexeria em algumas das conquistas socioeconômicas ocorridas nos últimos anos. Agora mudou o discurso e tem dificuldade de explicar o ajuste que se viu obrigada a executar, especialmente, para os seus eleitores”, avalia Carlos Melo, cientista político e professor-adjunto

# Leis que não saem do papel

Estado e sociedade negligenciam os direitos dos idosos. Discriminação começa em casa e acontece nas ruas, nas empresas de transporte, hospitais e até na Justiça

► Carla Lisboa



**A** servidora aposentada Maria de Lourdes Santiago, 68 anos, trabalhou a vida toda em escolas públicas do Distrito Federal. De origem humilde, queixa-se de ter sido discriminada quando era jovem por ser pobre. Agora, por ser idosa. Segundo ela, a discriminação acontece de várias formas. A família ignora suas opiniões; no metrô, adultos e jovens não a atendem quando pede para se sentar no assento destinado aos idosos; nos hospitais não teve o tratamento quando adquiriu osteoporose. E até a Justiça lhe virou as costas quando denunciou o genro por maus-tratos à filha.

Há poucos dias ela penou mais de uma hora no ponto de ônibus porque os coletivos passavam e não paravam. “Só consegui quando um rapaz me ajudou, fazendo sinal para a van. Ele teve de dar uma bronca no motorista para conseguir me colocar lá dentro. As vans não param porque o idoso não paga, acham que é prejuízo”, desabafa.

Ercília Guimarães, também servidora pública aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal, percebe a discriminação em seu dia a dia. “Tive problemas de atendimento em hospitais e em outros espaços públicos. Precisei ser dura para fazer valer meus direitos”, afirma. A solução que ela encontrou é levar o filho mais velho, o advogado João Guimarães, toda vez que precisa acionar os serviços do Estado.

O maranhense José Ribamar Cardoso, militar aposentado, diz que o desrespeito ao idoso vai desde a falta de empenho do Estado na aplicação do Estatuto do Idoso até a disputa pelos bancos do metrô e dos transportes coletivos, sempre ocupados por jovens que se recusam a cumprir a lei. Ele conta que nem sua condição de militar da reserva do Exército lhe garante



### **A vitimização do idoso se dá por meio do abuso, da discriminação e do desrespeito aos direitos constitucionalmente garantidos, notadamente aqueles inscritos no art. 230 da Constituição Federal**

autoridade e respeito em determinadas situações.

“É bem visível que a discriminação é pelo fato de eu ser idoso”, queixa-se. Coordenador de vários grupos de caridade da Igreja Católica, ele percebe a discriminação até mesmo na atividade religiosa, quando precisa, por exemplo, buscar patrocínios e outros financiamentos para ações

comunitárias e de caritas para favorecer alguma comunidade carente. Uma das principais faltas de respeito, segundo ele, é a ocupação de vagas em estacionamentos públicos destinadas a idosos e deficientes. Além de idoso, Ribamar tem uma deficiência física adquirida após um acidente automobilístico, há 15 anos. O carro dele é adaptado para sua condição.

#### **ABUSOS**

A vitimização do idoso se dá por meio do abuso, da discriminação e do desrespeito aos direitos constitucionalmente garantidos, notadamente aqueles

Divulgação



inscritos no art. 230 da Constituição Federal: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Por que o idoso se torna vítima?

A promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, Antônia Elsuérdia Silva de Andrade, disse, em entrevista no Programa Ministério Público & Você, do Canal 6 da NET, que “não precisamos ter noção de psicologia ou geriatria para concluir que, alquebrado pelo tempo, pelas mazelas próprias da idade, o idoso descamba para a fragilidade física e, sobretudo, emocional. Ele já não tem planos pessoais, vive das realizações e sucessos alcançados pela prole que gerou e pelos netos”.

Durante a entrevista, ela citou vários casos estarrecedores de abandono, violência institucional, falta de

**A gratuidade é um dos direitos dos idosos mais desrespeitados pelas empresas que atuam nos serviços públicos por meio de concessão**

comprometimento com a causa do idoso e falta de políticas públicas efetivas que lhes garantam qualidade de vida. O promotor público Francisco Nildo Façanha Abreu disse, no mesmo programa da TV Justiça, que “estamos engatinhando nessa política de cidadania” relacionada aos idosos.

Os promotores públicos citam como soluções para evitar o agravamento da vitimização do idoso a conscientização e sensibilização dos gestores públicos com a implantação de políticas efetivas e interligadas; a conscientização do idoso quanto aos seus direitos; o exemplo do tratamento dos filhos para com os pais, vez que a tendência é a de que este tratamento venha a ser copiado pelos próprios filhos; a mudança cultural quanto ao respeito ao idoso e a conscientização das crianças acerca desses deveres.

**GRATUIDADE**

A gratuidade é um dos direitos dos idosos mais desrespeitados pelas empresas que atuam nos serviços públicos por meio de concessão. Pessoas com mais de 60 anos e renda igual ou menor que dois salários mínimos têm o direito de viajar de graça nos ônibus interestaduais e intermunicipais. As empresas são obrigadas a reservar duas poltronas por ônibus para esses passageiros. Se já tiverem sido ocupadas, o idoso pode comprar a passagem com 50% de desconto. Mas na prática isso não ocorre.

Elma Portanova é uma prova disso. Ela reside em Conselheiro Lafaiete, cidade mineira situada a 824 km de Brasília, onde moram a filha e a neta.

Sem condições de pagar passagens caras, esperava a aposentadoria e o reconhecimento do Estado da sua condição de idosa para se apropriar do direito à gratuidade e, com isso, vir à capital federal visitar a filha e a neta com maior frequência. Não conseguiu. “É direito nosso. Mas toda vez dizem que não dá. E aí tenho de comprar a passagem por um preço normal, sem desconto algum”, diz a aposentada.

As ruas também não são adaptadas para os idosos e deficientes, o que dificulta e até impede a mobilidade e a acessibilidade dessas pessoas a locais públicos ou privados. Edson Silva Esheler, servidor público aposentado e deficiente físico, diz que, em razão da idade e de seu problema de saúde, adquirido em um acidente de trabalho, muitas vezes se sente um prisioneiro em sua própria casa.

“Não posso sair na minha cadeira de rodas porque não tenho como seguir pelo meio fio. Passaram-se mais de 10 anos da adoção do Estatuto do Idoso e o governo do Distrito Federal não organizou a cidade para essa população. A gente fica sem mobilidade”, reclama. Rosa Maria Luxemburgo, também servidora pública federal, moradora de Águas Claras, diz que falta Justiça que defenda os interesses dos idosos.

Professora aposentada, ela observa que o desrespeito começa pelo contracheque e pelas políticas de reajustes salariais diferenciadas entre ativos e inativos. “Deveríamos ter o mesmo salário dos servidores da ativa, mas não é isso que acontece. Todos os governos



**As ruas também não são adaptadas para os idosos e deficientes, o que dificulta e até impede a mobilidade e a acessibilidade dessas pessoas a locais públicos ou privados**

procuram reduzir nossos vencimentos e a isonomia entre aposentados e inativos está cada vez mais abissal”, diz a idosa, sem esconder a indignação.

#### **DENÚNCIAS**

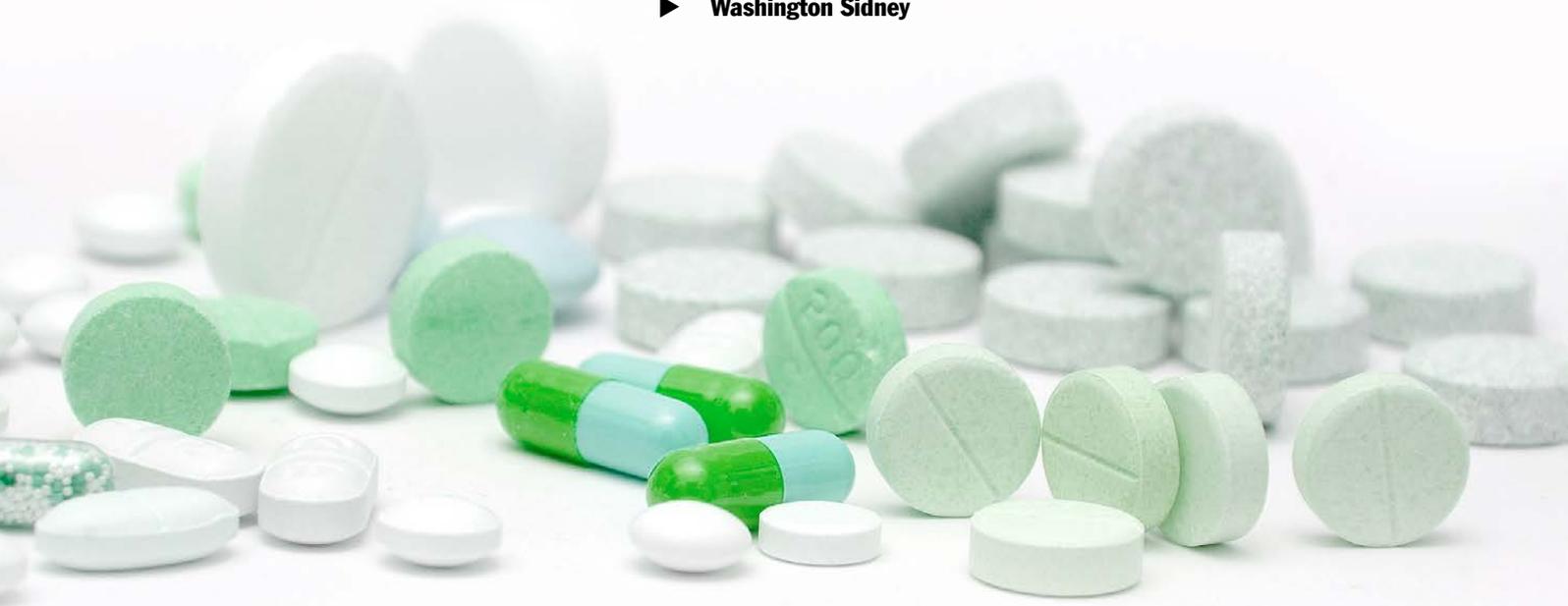
Denúncias de crimes contra idosos são cada vez mais comuns no Brasil. De janeiro a novembro de 2012, o Disque 100, telefone da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou mais de 21 mil denúncias. No mesmo período de 2011, foram pouco mais de sete mil, um aumento de quase 200%. Os crimes mais denunciados são negligência e violência psicológica. Em seguida, vem abuso financeiro e econômico. A lista dos crimes mais denunciados tem ainda a violência física. Em quinto lugar na lista, há outros crimes, como o abandono. ■



# Os perigos da automedicação

Uso de remédios sem orientação médica pode levar à morte. No Brasil, essa prática responde por 18% dos óbitos por envenenamento

► Washington Sidney



**N**a noite de 13 de julho de 2012, a jovem americana Starlin Wright foi ao apartamento do diretor de cinema Sage Stallone, 36 anos, com quem iria se casar no dia seguinte. Abriu a porta do apartamento e se deparou com uma cena trágica: o noivo estava morto. Ao lado do corpo, havia vários frascos de comprimidos vazios. A autópsia não deixou dúvida: Sage, filho do ator Sylvester Stallone, morrera em decorrência da ingestão de analgésicos. Ele havia extraído dentes um dia antes e estava sentindo muita dor.

Sage entrou para a lista das vítimas da automedicação, relação que inclui outros personagens famosos, como o cantor Michael Jackson. Em todo o mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 20 mil pessoas morrem por ano em decorrência da ingestão de remédios sem orientação médica. De 2009 a 2013, de acordo com o Ministério da Saúde, mais de 60 mil pessoas foram hospitalizadas no Brasil por causa do uso de medicamentos sem receita.

Foi o que aconteceu com a publicitária baiana Claudia Loureiro, 25 anos. Sempre que tomava dipirona, os olhos dela inchavam. Isso não impediu que usasse remédios sem orientação médica. Inconformada com o peso, ela procurou um endocrinologista, que lhe receitou um remédio para emagrecer. Para acelerar o processo, aumentou a dosagem do medicamento. Em vez dos 10 mg recomendados, usou o de maior dosagem, com 15 mg. A reação veio horas depois. “Estava dirigindo quando comecei a passar mal, com o coração acelerado. Fui direto para a emergência”, conta. “A diferença entre o remédio e o veneno é a dose”, alerta a farmacêutica Eliana Fiais.

Quem se automedica desconhece os riscos farmacológicos e as possíveis interações com outras substâncias. Além disso, a automedicação dificulta o diagnóstico médico, o que pode levar a um agravamento do quadro do paciente e induzir as pessoas a escolhas inadequadas de tratamento. Especialistas dizem que a ingestão errada de medicamentos pode



**Sage, filho do ator Sylvester Stallone, morreu em decorrência da ingestão de analgésicos**

causar reações adversas graves, além de ser a principal causa de intoxicações no país, à frente de produtos de limpeza, agrotóxicos e alimentos estragados.

Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) revelam que 18% das mortes por envenenamento se devem à automedicação e 23% dos casos de intoxicação infantil estão ligados à ingestão acidental de remédios armazenados de forma incorreta. Analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios são medicamentos popularmente usados sem indicação médica e também os principais responsáveis por quadros de intoxicação.

Os analgésicos são ainda culpados pelo alto índice de mortes por overdose acidental. Como a que vitimou o filho do ator Sylvester Stallone. Além disso, o uso abusivo destes remédios inibe o processo de analgesia natural, diminuindo a capacidade do organismo de apagar a dor por si mesmo. Isso faz com que a pessoa tenha de ingerir uma quantidade cada vez maior de analgésicos para conseguir o mesmo efeito.

A orientação do Ministério da Saúde é de que sempre se procure um médico em caso de problema de saúde. Devem-se evitar recomendações de vizinhos, amigos, parentes e balconistas de farmácias. Na consulta, o certo é a pessoa informar ao médico se já utiliza algum medicamento e se faz uso frequente de bebidas alcoólicas. E, ao adquirir remédios de venda livre – considerados de baixo risco para tratar males menores



e recorrentes, como dor de cabeça –, procurar orientações do farmacêutico. A ANVISA tem uma cartilha com orientações relacionadas a medicamentos.

### TERCEIRA IDADE

Observa-se um comportamento na terceira idade bem evidente em relação à automedicação, o que gera efeitos graves para a saúde. Muitas vezes, os idosos não comentam com o médico sobre a automedicação, às vezes esquecem ou ficam receosos de levar pequenos “puxões de orelha” por fazerem o errado. Com isso, aumentam as chances do aparecimento de tremores como os da doença de Parkinson, decorrentes do uso errado de medicamentos para labirintite ou até o aparecimento de úlceras estomacais, decorrentes do uso de anti-inflamatórios.

Mais da metade dos idosos usa medicação para o coração sem necessidade. O cuidado deve ser

### DICAS PARA EVITAR O PIOR

- Não use medicamentos sintomáticos, como tranquilizantes e soníferos, de forma prolongada.
- O tempo de tratamento deve ser definido com o médico.
- Informar ao médico todos os medicamentos que estão sendo utilizados para que não haja reações entre os que serão prescritos.
- Atentar para os horários do medicamento para que não haja esquecimento, pois quebra o tratamento.

redobrado no caso dos antidepressivos e indutores de sono, que causam dependência e têm ação prolongada no organismo dos idosos. Porque, com o envelhecimento, ocorre aumento de gordura corporal e diminuição da massa muscular, o que facilita absorção das drogas dissolvidas na gordura corporal. Na terceira idade, o metabolismo é diferente na absorção, distribuição e eliminação dos medicamentos, porque há um

## CUIDADOS NA TERCEIRA IDADE

- Recorra aos medicamentos só quando houver real necessidade, dando preferência a tratamentos que não utilizam medicamentos, como a fisioterapia, atividades físicas e até a socialização: conversar com amigos e familiares, passear, viajar etc.
  - As doses devem ser tomadas de acordo com a indicação do médico, dentro dos horários e quantidade de dias receitados.
  - O tempo de tratamento deve ser definido junto ao médico e não prolongado sem a recomendação do profissional.
  - Sempre procurar saber com detalhes os possíveis efeitos colaterais do medicamento.
  - Informar ao médico os medicamentos que já estão sendo utilizados para que não haja reações entre os que serão prescritos.
- 
- Evitar o uso prolongado de medicamentos sintomáticos, como tranquilizantes, soníferos, vasoconstritores nasais, vasodilatadores etc.
  - Nenhum medicamento deve ser tomado “para o resto da vida”. Toda medicação deve ser reavaliada periodicamente, tanto em função do tipo de medicamento como também de sua dosagem.

maior comprometimento das funções do fígado e dos rins. Até mesmo a interrupção do uso destes medicamentos precisa ser feita de forma cautelosa e gradativa e somente com orientação médica.

Cerca de 25% dos medicamentos vendidos são utilizados por pessoas da terceira idade. Porém, em muitos casos, esses remédios não são ingeridos por orientação médica e são usados de maneira contínua e sem critérios. Entre os mais comuns estão laxantes, antiácidos, vitaminas e antigripais, que à primeira vista podem parecer inofensivos, porém ao serem associados a outros medicamentos podem causar consequências indesejáveis.

Nessa fase da vida, os riscos aumentam porque a maioria dos remédios é pesquisada e desenvolvida com base em estudos feitos em pessoas jovens. As substâncias químicas reagem de forma diferente no organismo do idoso, com absorção e distribuição diferenciadas, podendo produzir efeitos indesejáveis. Os efeitos colaterais e os sintomas proporcionados pela automedicação podem confundir o quadro clínico,

promover o acúmulo das substâncias e acentuar determinadas tendências.

Por causa da ingestão de remédios sem recomendação médica, é comum os idosos procurarem ajuda por acharem que estão com determinadas doenças, porém, esses sinais são, muitas vezes, decorrentes do uso incorreto de medicação. Por isso é importante usar os medicamentos de forma criteriosa, evitando o uso concomitante de várias substâncias e seguindo sempre a prescrição médica, inclusive na dosagem sugerida. Ao receber uma prescrição, o paciente deve se informar de todas as consequências que o medicamento proporciona e nunca indicá-lo a outra pessoa.

Distúrbios de estômago e fígado podem afetar a absorção e a resposta ao medicamento. Já o uso simultâneo de vários medicamentos pode causar outros distúrbios. O uso continuado de cortisona, por exemplo, leva à perda de potássio, aumentando o risco de arritmias do coração em pessoas que fazem uso de digitálicos. Tranquilizantes e antialérgicos aumentam o apetite, enquanto digitálicos e anti-inflamatórios tiram o apetite. ■

## AÇÕES JUDICIAIS

Nesta primeira edição da Revista, do ano de 2015, levamos ao conhecimento dos associados a situação atual dos Processos de Execução, originários das ações em que foi pleiteado o pagamento da parcela dos 3,17%, dos 28,86% e da GDATA, com o objetivo de demonstrar a tramitação e as causas da morosidade ocorrida no âmbito da Justiça Federal, sendo que, na grande maioria, a postergação é causada pela AGU, mediante sistemático embargo de execução.



### AÇÃO JUDICIAL DOS 3,17% - PROCESSO Nº 1997.34.00.025410-7

Totalmente pagos os valores reconhecidos.

| GRUPO | PROCESSO Nº         | DATA       |
|-------|---------------------|------------|
| 06    | 2005.34.00.006034-4 | Maio/2008  |
| 09    | 2005.34.00.006031-3 | Junho/2013 |
| 14    | 2006.34.00.009605-7 | Julho/2013 |

→ Pagos os valores incontroversos. Aguardando julgamento pelo TRF da 1ª Região da Apelação da União nos Embargos de Execução para fins de liberação do pagamento da 2ª parcela - crédito final.

| GRUPO | PROCESSO Nº         | DATA         |
|-------|---------------------|--------------|
| 01    | 2005.34.00.006036-1 | Março/2014   |
| 02    | 2005.34.00.006120-9 | Outubro/2013 |
| 03    | 2005.34.00.006032-7 | Março/2013   |
| 07    | 2005.34.00.006027-2 | Outubro/2013 |
| 10    | 2005.34.00.006030-0 | Janeiro/2014 |
| 11    | 2005.34.00.006058-4 | Abril/2013   |
| 15    | 2006.34.00.009608-8 | Junho/2013   |
| 16    | 2006.34.00.009606-0 | Outubro/2013 |

Processo com previsão de pagamento dos valores incontroversos no próximo mês de abril – Comunicado aos beneficiários pelas Circulares nºs 007, 008 e 009, de 20/03/2015.

| GRUPO | PROCESSO Nº         | DATA       |
|-------|---------------------|------------|
| 04    | 2005.34.00.006035-8 | Abril/2015 |

Embargos à Execução já transitados em julgado - Aguardando autorização judicial para expedição do crédito final (não houve valor incontroverso).

**Grupo 05** – Processo nº 2005.34.00.006057-0

**Grupo 08** – Processo nº 2005.34.00.006038-9

**Grupo 12** – Processo nº 2005.34.00.006059-8

**Grupo 13** – Processo nº 2006.34.00.009607-4

### AÇÃO JUDICIAL DOS 28,86% - PROCESSO Nº 1997.34.00.025407-4

A União apresentou Embargos em todos os 07 Processos de Execução autuados para permitir o pagamento dos valores devidos da Ação Judicial, o que retardou o recebimento pelos associados.

→ Pagos os valores incontroversos. Julgada a Apelação da União, estando os processos aguardando o pagamento da 2ª parcela relativa ao crédito final.

| GR | PROCESSO N°         | DATA          |
|----|---------------------|---------------|
| 02 | 2005.34.00.018298-0 | Setembro/2009 |
| 03 | 2005.34.00.018299-3 | Abril/2011    |
| 06 | 2005.34.00.023257-0 | Abril/2010    |

→ Pagos os valores incontroversos. Aguardando o julgamento do Recurso de Apelação da União para permitir o pagamento da 2ª parcela relativa ao crédito final.

| GR | PROCESSO N°         | DATA       |
|----|---------------------|------------|
| 01 | 2005.34.00.018297-6 | Abril/2010 |
| 05 | 2005.34.00.018301-1 | Abril/2010 |

→ Embargos à Execução já julgados e arquivados. Não houve crédito incontroverso. Determinado o desbloqueio do crédito originário pela instituição bancária para efetivação do pagamento.

| GR | PROCESSO N°         | DATA                        |
|----|---------------------|-----------------------------|
| 04 | 2005.34.00.018300-8 | A ser definida pela Justiça |

→ Não houve valor incontroverso. Valores finais já reconhecidos pela União, aguardando decisão do Juiz sobre os Embargos de Execução.

| GR | PROCESSO N°               | DATA                        |
|----|---------------------------|-----------------------------|
| 07 | 0051981-05.2011.4.01.3400 | A ser definida pela Justiça |

### **AÇÃO JUDICIAL DA GDATA – PROCESSO N° 2004.34.00.029140-1**

Mesmo com o trânsito em julgado do Processo da GDATA, com sentença favorável à APSEF, a União, com o mero propósito de protelar o pagamento devido aos aposentados e pensionistas, vem impetrando Embargos à Execução, o que tem causado demora no pagamento aos beneficiários da ação judicial.

Demonstrativo da posição atual dos 67 Processos de Execução, desmembrados do processo principal.

### **Valores totalmente pagos**

| GR | N° Processo               | N° Circular                    |
|----|---------------------------|--------------------------------|
| 32 | 0027123-70.2012.4.01.3400 | Circular nº 012, de 08/02/2013 |
| 33 | 0027124-55.2012.4.01.2300 | Circular nº 012, de 08/02/2013 |
| 35 | 0027126-25.2012.4.01.2300 | Circular nº 034, de 07/08/2013 |
| 64 | 0016312-17.2013.4.01.3400 | Circular nº 003, de 30/01/2014 |
| 34 | 0049907-41.2012.4.01.3400 | Circular nº 004, de 30/01/2014 |
| 42 | 0049908-26.2012.4.01.3400 | Circular nº 009, de 07/04/2014 |
| 45 | 0016315-69.2013.4.01.3400 | Circular nº 010, de 07/04/2013 |
| 52 | 0012637-80.2012.4.01.3400 | Circular nº 011, de 07/04/2013 |
| 30 | 0049906-56.2012.4.01.3400 | Circular nº 014, de 05/08/2014 |
| 51 | 0016316-54.2013.4.01.3400 | Circular nº 015, de 11/08/2014 |
| 43 | 0049915-18.2012.4.01.3400 | Circular nº 023, de 13/11/2014 |
| 41 | 0033204-98.2013.4.01.3400 | Circular nº 006, de 03/03/2015 |

### **Pagos os valores incontroversos (\*)**

| GR | N° Processo               | N° Circular                     |
|----|---------------------------|---------------------------------|
| 20 | 0037030-69.2012.4.01.3400 | Circular nº 036, de 07/08/2013  |
| 15 | 0027133-17.2012.4.01.3400 | Circular nº 115, de 19/11/2013  |
| 11 | 0037029-84.2012.4.01.3400 | Circular nº 013, de 08/05/2014  |
| 28 | 0037028-02.2012.4.01.3400 | Circular nº 024, de 13/11/2014) |
| 19 | 0027136-69.2012.4.01.3400 | Circular nº 016, de 11/08/2014  |

OBS (\*) Aguardando o julgamento dos Embargos de Execução com vistas à liberação dos valores controversos (sem acordo entre as partes).

### **Processos embargados pela União**

**Situação 1** – Embargos aguardando decisão do Juiz sobre as manifestações da APSEF e da União, em relação aos cálculos da Contadoria Judicial.

| GR | Nº Processo               | Data dos Embargos |
|----|---------------------------|-------------------|
| 01 | 0037332-64.2013.4.01.3400 | 10/10/2013        |
| 03 | 0033221-37.2013.4.01.3400 | 19/09/2014        |
| 04 | 0033223-07.2013.4.01.3400 | 13/03/2014        |
| 06 | 0033220-52.2013.4.01.3400 | 29/11/2013        |
| 55 | 0012639-50.2012.4.01.3400 | 18/09/2012        |
| 67 | 0018914-14.2012.4.01.3400 | 17/08/2012        |
| 21 | 0033208-38.2013.4.01.3400 | 26/08/2013        |

**Situação 2** – O Juiz já deferiu a expedição do crédito incontroverso, que poderá ocorrer ainda neste primeiro semestre de 2015.

| GR | Nº Processo               |
|----|---------------------------|
| 08 | 0037331-79.2013.4.01.3400 |

**Situação 3** – RPVs já emitidas, com previsão de pagamento até o mês de maio/2015.

| GR | Nº Processo               |
|----|---------------------------|
| 56 | 0018916-82.2012.4.01.3400 |

**Situação 4** – A expedição do crédito originário já foi deferida. Aguardando migração do crédito para o TRF1 e liberação dos valores para pagamento aos beneficiários. Os Embargos à Execução já foram sentenciados e serão arquivados em definitivo.

| GR | Nº Processo               |
|----|---------------------------|
| 34 | 0027125-40.2012.4.01.3400 |
| 38 | 0027128-92.2012.4.01.3400 |
| 40 | 0027130-62.2012.4.01.3400 |
| 63 | 0049914-33.2012.4.01.3400 |
| 47 | 0049905-71.2012.4.01.3400 |

**Situação 5** – O Juiz já sentenciou os Embargos à Execução, que devem ser arquivados, com a restauração do trâmite da Execução.

| GR | Nº Processo               |
|----|---------------------------|
| 54 | 0018917-67.2012.4.01.3400 |
| 39 | 0027131-47.2012.4.01.3400 |

**Situação 6** – Os Embargos à Execução estão na Contadoria para verificação dos cálculos das partes.

| GR | Nº Processo               | Data do Embargo |
|----|---------------------------|-----------------|
| 02 | 0033224-89.2013.4.01.3400 | 18/02/2014      |
| 05 | 0033222-22.2013.4.01.3400 | 17/03/2014      |
| 07 | 0033228-29.2013.4.01.3400 | 10/10/2013      |
| 09 | 0033227-44.2013.4.01.3400 | 03/02/2014      |

| GR | Nº Processo               | Data do Embargo |
|----|---------------------------|-----------------|
| 12 | 0027140-09.2012.4.01.3400 | 11/03/2013      |
| 13 | 0027138-39.2012.4.01.3400 | 16/01/2013      |
| 21 | 0033202-31.2013.4.01.3400 | 26/08/2013      |
| 22 | 0033206-68.2013.4.01.3400 | 26/08/2013      |
| 23 | 0033203-16.2013.4.01.3400 | 10/09/2014      |
| 24 | 0033209-23.2013.4.01.3400 | 28/11/2013      |
| 58 | 0049904-86.2012.4.01.3400 | 10/12/2012      |
| 59 | 0049903.04.2012.4.01.3400 | 04/03/2013      |

**Situação 7** – Os Embargos retornaram da Contadoria. Aguardando intimação das partes, pelo Juiz, em relação aos cálculos judiciais.

| GR | Nº Processo               | Data do Embargo |
|----|---------------------------|-----------------|
| 19 | 0033229-14.2013.4.01.3400 | 10/02/2014      |
| 16 | 0033205-83.2013.4.01.3400 | 12/03/2014      |
| 18 | 0033226-59.2013.4.01.3400 | 07/02/2014      |
| 25 | 0027135-84.2012.4.01.3400 | 07/03/2013      |
| 26 | 0027139-24.2012.4.01.3400 | 11/03/2013      |
| 36 | 0033225-74.2013.4.01.3400 | 13/03/2014      |
| 62 | 0016313-02.2013.4.01.3400 | 09/07/2013      |
| 66 | 0012636-96.2012.4.01.3400 | 30/07/2012      |

**Situação 8** – Embargos com manifestação de uma das partes (APSEF/União), em relação aos cálculos da Contadoria Judicial. Aguardando intimação pelo Juiz, da outra parte (APSEF/União), para manifestação, bem como vista dos cálculos.

| GR | Nº Processo               | Data do Embargo |
|----|---------------------------|-----------------|
| 14 | 0027141-91.2012.4.01.3400 | 17/12/2013      |
| 27 | 0027137-54.2012.4.01.3400 | 07/03/2013      |
| 50 | 0016319-09.2013.4.01.3400 | 25/06/2013      |
| 60 | 0033207-53.2013.4.01.3400 | 03/02/2014      |
| 65 | 0012638-65.2012.4.01.3400 | 20/09/2012      |

**Situação 9** – Embargos de Execução conclusos para sentença/decisão do Juiz.

| GR | Nº Processo               | Data do Embargo |
|----|---------------------------|-----------------|
| 29 | 0016318-24.2013.4.01.3400 | 20/06/2013      |
| 31 | 0016320-91.2013.4.01.3400 | 28/11/2013      |
| 37 | 0027129-77.2012.4.01.3400 | 03/10/2012      |
| 46 | 0033214-45.2013.4.01.3400 | 13/02/2014      |
| 48 | 0016321-76.2013.4.01.3400 | 28/11/2013      |
| 49 | 0016317-39.2013.4.01.3400 | 28/11/2013      |
| 53 | 0018913-30.2012.4.01.3400 | 21/09/2012      |
| 57 | 0018915-97.2012.4.01.3400 | 21/09/2012      |
| 61 | 0016314-84.2013.4.01.3400 | 28/11/2013      |



## MAIS AÇÕES JUDICIAIS

Inúmeros associados, oriundos do INAMPS, vêm pleiteando a interferência da APSEF para que sejam transferidos seus proventos para o INSS, uma vez que, com a extinção daquela Autarquia, foram remanejados para o Ministério da Saúde, resultando em diferenças salariais significativas.

Para oferecer resposta conclusiva, de forma que não restassem dúvidas aos associados, procedemos a um minucioso estudo da legislação sobre a matéria, cujos aspectos relevantes estão a seguir detalhados.

Por força da Lei nº 6.439, de 01 de julho de 1977, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência Social e Assistência Social — SINPAS, com objetivo de integrar as ações governamentais no setor, composto, dentre outros, pelos seguintes órgãos:

- INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, responsável pela concessão e manutenção das prestações previdenciárias;
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, responsável pela assistência médica;

- IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, responsável pela arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições destinadas ao custeio da previdência e assistência social.

Com o novo modelo de proteção social adotado pela Constituição de 1988, as estruturas organizacionais foram revistas e alteradas para atender às novas demandas. Nesse sentido, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, ficou o Poder Executivo autorizado a instituir o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, como autarquia federal, mediante fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social - IAPAS, com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Em face disso, foi criado o INSS, pelo Decreto nº 99.350, de 27/06/1990, com natureza jurídica autárquica, tendo por competência a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições incidentes sobre a folha de pagamento e demais receitas a elas vinculadas, a gestão dos recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS, a concessão e manutenção dos

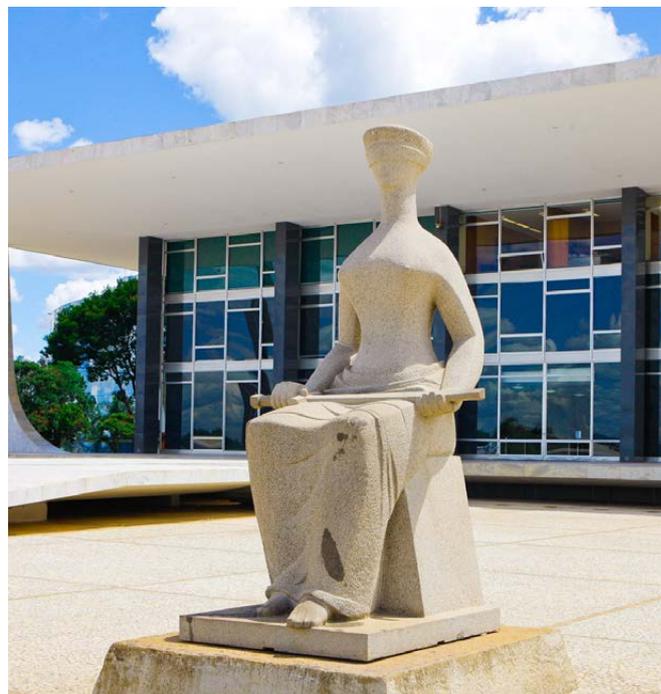
benefícios e serviços previdenciários, bem como a execução das atividades e programas relacionados com emprego, apoio ao trabalhador desempregado, identificação profissional, segurança e saúde do trabalhador.

Em 19 de setembro de 1990, por força da Lei nº 8.080, foi constituído o SUS – Sistema Único de Saúde, na forma de um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, como uma rede regionalizada e hierarquizada.

A implantação do SUS foi realizada de forma gradual: primeiro veio o SUDS; depois, a incorporação do INAMPS ao Ministério da Saúde, pelo Decreto nº 99.060, de 07 de março de 1990, e, por fim, a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90). Em poucos meses foi lançada a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que imprimiu ao SUS uma de suas principais características: o controle social, ou seja, a participação dos usuários (população) na gestão do serviço. O INAMPS só foi extinto em 27 de julho de 1993 pela Lei nº 8.689.

O Projeto de Lei nº 177, de 1993, que originou a Lei nº 8.689/93, dispoendo sobre a extinção do INAMPS, trouxe em seu artigo 5º, §2º, a possibilidade de opção aos aposentados e pensionistas do INAMPS pela transferência da responsabilidade dos seus proventos para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. No entanto, referido dispositivo foi vetado pelo Presidente da República, na forma da Mensagem 465, de 27/06/93, encaminhada ao Presidente do Senado Federal, com base nas razões apresentadas pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, que assim se manifestou:

**“De pronto, e conforme indicação da Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social, aponto a oposição de veto ao § 2º do art. 5º, por ser contrário ao interesse público, bem como originador de aumento de despesas para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS,**



**sem que se indique, para o respectivo orçamento, a indispensável fonte de custeio.**

**Com efeito, o aludido dispositivo, de iniciativa parlamentar, transferirá para o INSS o encargo de mais de 58.000 benefícios que, pelo fato da transferência, serão acrescidos de parcelas remuneratórias peculiares do INSS. Por outro lado, ao INSS, na forma da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, compete manter os benefícios previdenciários com fonte de custeio específica, não havendo previsão para a assunção dos encargos decorrentes da norma cujo veto é proposto”.**

**Assim também opinou o Ministério da Previdência, em relação ao aumento de despesa, bem como assegurando que a redução do ônus financeiro decorrente desses encargos reverteria em prol dos segurados da Previdência Social.**

Essas são as razões que impedem a transferência dos proventos dos associados, então pertencentes ao Quadro de Pessoal do extinto INAMPS, para a responsabilidade do INSS. ■

# Enigmas da economia

► **Orlando Gonzalez**

**N**a maioria das profissões, mesmo nas de funções temporárias, há sempre as marcas visíveis de imposturas que nos tentam passar como cânones científicos inquestionáveis, de modo que nós, leigos, somos obrigados a digerir inverdades e lamber os lábios, num gesto de satisfação gastronômico-intelectual que fará inveja a infelizes desinformados.

Na medicina clínica, a iatrofarmacogenia (estudo de doenças – algumas letais – produzidas por medicamentos prescritos por médicos) desconstrói o mito de que a profissão só causa benefícios, como se ela fosse invulnerável à habilidade condicionante da indústria farmacêutica, em cujo seio explode, sem pudor ou arrependimentos, uma guerra concorrencial entre gigantes do setor. Os crimes aí cometidos já criaram para seus autores uma imunidade acima da diplomática e da política, talvez até uma excludente de criminalidade ainda não conformada pelo Direito, a despeito de sua fluência real.

Na política, as leis demagógicas enodoam as alegadas intenções de favorecer a população que, iludida, pateia no terreno minado das ilusões esperançosas de que as soluções definitivas estão a caminho.

Na magistratura, o princípio de que o julgador levará em consideração a sua consciência em cada caso, a afivelar as regras advindas da lei, acaba baqueado por esta, ainda que diplomas legais sejam injustos ou maquiavelicamente elaborados. Essa limitação, compreensível, na prática anula aquele postulado.

Na economia, os especialistas oscilam em gangorras de triste embalo, ou que promoveriam riso, se a elas atentasse o povo, atoleimado por uma imbecilização adremente engendrada.

Quando economistas buscam, sob técnicas complexas sobejamente autoafirmadas, valorizar a moeda nacional, prejudicam as exportações. Quando intencionam dinamizar o mercado interno através do aumento de consumo, robustecem a inflação. Se inflam os juros, restringem o progresso do comércio e da indústria, que, por tabela, afeta o setor de serviços. E, no momento em que urge consertar evidências desastrosas, apelam para a ortodoxia – aumentam impostos, cortam gastos e refreiam o consumo, numa atitude que nega haver cientificismo a que recorrer, de modo a evitar efeitos colaterais.

Quando economistas elevam tributos sobre a pessoa física, não podem esconder que apertam o cinto do cidadão. Quando suas medidas heroicas têm como alvo as empresas, parecem ignorar que, na verdade, o atingido é o mesmo cidadão, porque empreendimentos mercantis, até para manter os investimentos de que precisam para a continuidade de sua existência, repassam para ele o custo da interferência. Mas a população desatenta tende a crer que acréscimos tributários dirigidos nominalmente às empresas nelas se ilham.

Os estragos feitos pelo encilhamento foram aparentemente corrigidos por um médico homeopata e senador da República, Joaquim Murtinho. Como? Apertando o cinto do patético e inescapável consumidor. Simples assim, sem o apelo ao conhecimento da economia e de suas vastas e complicadas teorias que, menos do que esclarecem, causam estereis entrechoques internos, em cuja fogueira Piketty veio a jogar mais lenha. Belluzzo, nosso conhecido economista, reconhece a histrionice de seus colegas ao elogiar, em recente artigo, o “Manual de Antieconomia”, de Bernard Maris, irreverente crítico das antinomias da profissão.

A impertinente bolha americana não se constituiu num fenômeno que, pela sua particular capacidade de surpreender, imobilizou o controle do homem diante de uma catástrofe imprevisível. Lá estavam a dirigi-la os “deuses do Olimpo”, ganhando fortunas para lhes dar moldes da economia teorizada que, se ciência fosse, preveniria o cataclismo a tempo.

Há alguns anos uma revista mostrou que nem um só economista acertou nas suas previsões sobre ocorrências que se deram no mundo das finanças e nas suas vicissitudes históricas. E equiparou sua suposta capacidade premonitória à de qualquer jogador de búzios.

Para formatar uma das maiores empresas brasileiras, o Bradesco, o genial Amador Aguiar não precisou estudar economia. Aliás, nem outra ciência qualquer. Assim como dispensava as meias, repudiava as fanfarronices exibicionistas acadêmicas.

Agora estamos vivenciando, no Brasil, a plenitude da ortodoxia econômica – aumento de impostos, supressão de gastos e contenção de consumo, coisa que qualquer dona de casa sabe fazer, com a diferença de que ela não tem como aumentar a receita doméstica e ainda sofre, diretamente, o ricochete do pragmatismo ortodoxo que, supostamente, acumulou séculos de saber “científico”. ■

**Orlando Gonzalez** é procurador federal aposentado e associado da APSEF.



## Devolução da contribuição paga pelos aposentados e pensionistas

A APSEF, tomando conhecimento de que os inúmeros associados estão recebendo correspondência de entidades com proposta de ingresso de ação judicial visando a devolução daquela contribuição, entende oportuno alertá-los a respeito do assunto.

Durante a vigência da Lei nº 1.711/1952 e após o advento da Lei nº 8.112/1990, não havia cobrança de contribuição social relativamente aos servidores aposentados e pensionistas da União.

Ocorreu que, pela Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, o Poder Executivo instituiu a cobrança da contribuição social dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, para a manutenção do regime de previdência social, no percentual de onze por cento, incidente sobre a totalidade da remuneração, do provento ou da pensão, observados os critérios fixados na forma daquela lei.

Diante da clara e indiscutível violação dos preceitos constitucionais (art. 40 da CF), a APSEF ingressou com inúmeras Ações junto à Justiça Federal visando a imediata suspensão daquela contribuição nos proventos e pensões dos associados.

Por ocasião do julgamento da ADI – MC 2010/DF, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se pela inadmissibilidade de se instituir alíquotas progressivas para a contribuição previdenciária dos servidores públicos, porque ofendido o princípio da vedação à utilização de qualquer tributo com efeito de confisco (art. 150, V, da Constituição Federal) e também, pela inexistência de previsão constitucional que autorizasse a progressividade destas alíquotas acabando por violar o princípio da isonomia tributária, impondo alíquotas diferenciadas para contribuintes que se encontram em idêntica situação, considerando inconstitucional a referida Lei 9.783/99.

Com o êxito da APSEF na demanda, os processos judiciais foram arquivados, tendo sido ressarcidos os associados dos valores descontados.

Entretanto, no primeiro ano do Governo Lula foi apresentada ao Congresso Nacional proposta de alteração ao texto constitucional, que veio a se transformar na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, fazendo incidir a contribuição, no percentual de 11%, sobre a parcela



dos proventos de aposentadorias e pensões, cujo valor fosse superior a 60% (sessenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, nos termos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Novamente, ingressamos com ações judiciais para impedir os descontos descabidos por não terem destinação específica, mas, desta feita, não logramos êxito, eis que, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento da ADIN nº 3.105-8, entendeu constitucional o art. 4º da EC nº 41/03, que estendeu a aposentados e pensionistas a incidência da contribuição previdenciária oficial.

Por conseqüência e à vista da manifestação da Suprema Corte Federal, a cobrança que vem sendo efetuada, a partir de 2004, encontra respaldo legal na EC 41/2003.

Ressalte-se, por oportuno, que, desde 2006, tramita na Câmara Federal a PEC nº 555/2006, com vistas à extinção da famigerada contribuição dos proventos e pensões, a qual, apesar das inúmeras e reiteradas reivindicações das entidades classistas, aguarda inclusão na pauta de votação daquela Casa Legislativa.

Relativamente aos serviços advocatícios que venham a ser ofertados para aquele fim por entidades ou profissionais, aconselhamos cautela no fornecimento de seus dados, para que não venham a ser utilizados para situação diversa, aliado ao fato de que, conforme acima esclarecido, desde 2004, não existe qualquer garantia de julgamento favorável de ação judicial, que, porventura, venham a impetrar na busca da devolução da contribuição previdenciária a partir de 2004.

## REAJUSTE DE 47,94% - ENTENDIMENTO DO STF SOBRE INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO

A APSEF tem recebido diversas consultas de associados acerca da possibilidade do recebimento do reajuste de 47,94%, em face de contatos de escritórios de advocacia que vêm prometendo sucesso no ganho de ação pleiteando aquele reajuste, junto à Justiça Federal, em seus Estados de origem.

Diante dessa situação, destacamos que, tanto a jurisprudência do STF quanto a do STJ, já consagraram o entendimento de que os servidores públicos federais não têm direito ao reajuste bimestral, instituído pela Lei nº 8676/93, no percentual de 47,94%, relativo à variação do IRSM no bimestre imediatamente anterior, em face da incidência da MP nº 434/94, em vigor antes do transcurso do período aquisitivo à questionada reposição.

Nesse sentido, transcrevemos o Acórdão proferido no Agravo Regimental, no Recurso Extraordinário 403.824 - RIO GRANDE DO SUL, pelo Supremo Tribunal Federal:

“RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : MARIA HELENA BUENO BORTOLUZZI E  
OUTRO ( A / S )

ADV.( A / S ) : FELIPE FERREIRA SILVA E OUTRO ( A / S )

AGDO.( A / S ) : UNIÃO ADV.( A / S ) : ADVOGADO -GERAL  
DA UNIÃO

### EMENTA

**Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor Público. Reajuste de 47,94%. Lei nº 8.676/93. Medida Provisória nº 434/94. Reedições. Direito adquirido. Inexistência. Precedentes.**

1. Esta Corte firmou entendimento no sentido da inexistência de direito adquirido ao reajuste de 47,94% previsto na Lei nº 8.676/93, a qual foi revogada pela Medida Provisória nº 434/94, que foi regularmente reeditada pelas Medidas Provisórias nºs 457/94 e 482/94 e, posteriormente, convertida na Lei nº 8.880/94. 2. Agravo regimental não provido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por

unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Brasília, 26 de junho de 2012.

MINISTRO DIAS TOFFOLI  
Relator”

Portanto, considerando a decisão daquela Suprema Corte, orientamos nossos associados no sentido de que ações dessa espécie não podem prosperar, razão pela qual devem evitar gastos desnecessários com impetração de causa perdida, na forma com vem sendo proposta por algumas entidades. ■



### NOVA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA, A PARTIR DE ABRIL DE 2015, COM APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE CORREÇÃO DIFERENCIADO

Após o veto da Presidente Dilma à proposta do Congresso Nacional em reajustar linearmente em 6,5% a Tabela do Imposto de Renda para o ano de 2015 e, em face de não haver maioria absoluta de congressistas, condição imprescindível para a derrubada daquele veto, nova Medida Provisória foi publicada em 10/03/2015 (MP 670) como resultado do acordo entre o Executivo e parte do Legislativo, com índice de correção diferenciado para cada faixa de renda

#### Conheça a nova Tabela Progressiva Mensal

| Base de Cálculo (R\$)    | Alíquota (%) | Parcela a Deduzir do IR (R\$) |
|--------------------------|--------------|-------------------------------|
| Até 1.903,98             | -            | -                             |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5          | 142,80                        |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15           | 354,80                        |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5         | 636,13                        |
| Acima de 4.664,68        | 27,5         | 869,36                        |

# Uma aventura para ninguém botar defeito

Formados há 130 milhões de anos, cânions do Parque Nacional dos Aparados da Serra encantam os visitantes

► **Washington Sidney**





**A** paisagem de Itaimbezinho emociona. De origem tupi-guarani, o nome diz tudo: *ita* significa pedra e *ai be*, afiada. Localizado entre Cambará do Sul e Praia Grande, o cânion fica no Parque Nacional dos Aparados da Serra, reserva florestal administrada pelo IBAMA no Rio Grande do Sul. O acesso ao parque é pela RS-429 ou pela SC-360, em uma estrada de chão batido. A formação rochosa, com 5.800 metros de extensão, largura que varia entre 200 e 600 metros e 720 metros de profundidade máxima, existe há 130 milhões de anos e é uma das maiores do Brasil. As paredes de cor amarelada e avermelhada são cobertas de ponto em ponto por vegetação baixa. Ao redor do cânion os pinheiros nativos completam a bela paisagem.

Além da vista deslumbrante, que vai até o litoral gaúcho, Itaimbezinho proporciona aos visitantes um espetáculo das águas. O rio Perdizes desce as paredes rochosas para formar a cascata Vêu de Noiva, de uma beleza incomparável. As águas caem de uma altura de 700 metros, produzindo uma bruma antes de atingir o fundo do cânion. No azulado do cânion, como gigantesca serpente, o rio Boi se move vagarosamente entre as pedras, formando caprichosas cachoeiras que deslizam para Santa Catarina em vales profundos forrados de araucárias. Outra cachoeira deslumbrante é a Andorinhas, cuja queda d'água também impressiona os visitantes.

O clima frio e úmido e a névoa que envolve essas formações são propícios para se saborear um legítimo chimarrão, enquanto se aprecia a paisagem espetacular ameaçada pelo desmatamento das araucárias, apesar de ser uma região de preservação ambiental. Enriquecendo a paisagem estão trechos da quase extinta Floresta de Araucária. Isso é um pouco do que se pode encontrar nos 10.250 hectares do Parque Nacional de Aparados da Serra.

## FORMAÇÃO

Há 130 milhões de anos um derrame de lavas se espalhou pela superfície em forma de crosta. Essa crosta rachou ao meio, formando bordas afiadas que parecem ter sido esculpidas. Assim surgiram os cânions da região. O nevoeiro que quase sempre envolve essas formações se deve à grande diferença de temperatura. A flora do parque é formada por trechos de Floresta de Araucária, campos e floresta pluvial atlântica. Seus principais representantes são o pinheiro-do-paraná, gramíneas e ervas, e árvores de grande porte, como a cangerana.

A fauna é composta pelo puma, lobo-guará, graxaim e veado-campeiro. O parque abriga três espécies de aves ameaçadas de extinção: o gavião-pato, o gavião-pega-macaco e a águia-cinzenta. Além desses, existem ali diversas espécies de répteis. O clima é temperado, com média anual de 16 graus. O mês mais quente é janeiro e os mais frios, junho e julho. Os aventureiros podem seguir trilhas que levam ao vale dos rios. Uma caminhada de oito horas até o vale do rio do Boi leva a um lugar conhecido como Cruz, onde se vê uma das curvas formadas pelas fendas na montanha. Cachoeiras despencam das bordas dos cânions.

## OUTRAS ATRAÇÕES

Os cânions da Fortaleza, do Malacara, do Churriado e do Faxinalzinho não ficam para trás em termos de beleza. Pela trilha da Cachoeira do Tigre Preto, no cânion Fortaleza, chega-se à Pedra do Segredo. É chamada assim por ser formada por um bloco monolítico de cinco metros de altura e de aproximadamente 30 toneladas. Mas o que encanta mesmo é o fato de essa grandiosa pedra estar equilibrada em uma base de 50 centímetros.

O Passo da Ilha é um local ideal para quem gosta de acampar e aproveitar a natureza. É formado pelo rio Tainhas e faz divisa com São Francisco de Paula. O Acesso se dá pela RS-020. É necessário atravessar o rio Tainhas para chegar até a ilha. A travessia pode ser feita de carro, pois o nível da água é baixo. Fica a 41 quilômetros de Cambará do Sul.

O Lajeado das Camisas, a 10 quilômetros de Cambará do Sul, é outra atração. Consiste em um lajeado de pedra com mais de 50 metros de largura, onde as águas do rio Camisas deslizam mansamente por entre as pedras, formando pequenas quedas d'água e contrastando com o verde dos campos. O Lajeado das Margaridas consiste em uma formação do rio Camisas. Sua largura é de cerca de 80 metros e de pouca profundidade. Um verdadeiro recanto para se descansar, com pequenas quedas d'água e piscinas naturais. Fica a 12 Km de Cambará do Sul.

A Cachoeira dos Venâncios também é um excelente local para camping. Está localizada a 17 quilômetros de Cambará do Sul, ao fundo do Capão Penso, sobre o rio Camisas. Esta cachoeira está dividida em quatro quedas e suas águas são cristalinas. O Balneário Naçuca é outro local aprazível. Tem-se acesso a ele pela RS-020 em direção à Vila Ouro Verde, a 20 quilômetros de Cambará do Sul. Seu principal atrativo é a Cachoeira do Silvo Boff, com quatro metros de queda.

Em São José dos Ausentes, o Monte Negro, o Morro Agudo e o Cachoeirão dos Rodrigues aliam a prática do ecoturismo com a tradição gaúcha nas casas de fazenda. Em Bom Jesus e Jaquirana, a paisagem dos Campos de Cima da Serra proporciona momentos mágicos. O frio é um atrativo extra. No inverno chega a temperaturas abaixo de zero, com ocorrência frequente de geada, podendo nevar. No verão a temperatura situa-se por volta dos 22° C. Em toda região há concentração de araucárias, com sub-bosques de pinheiro-bravo, aroeira e carvalho. As formações campestres ocorrem em partes onduladas do planalto.

## INFRAESTRUTURA

Visitado por milhares de pessoas todos os anos, o cânion Itaimbezinho propicia a realização de diversas atividades, como trekking e passeios de bike, caminhadas e rappel.



Na parte de cima, pode-se caminhar por duas trilhas: a do Vértice e a do Cotovelo. Na parte de baixo, os visitantes se aventuram na trilha do rio do Boi, verdadeira expedição dentro do cânion. O Parque também tem centro de visitantes, espaço cultural para exposição de fotos, auditório para 50 pessoas, lanchonete, sanitário, loja de artesanato e estacionamento, além de guias que auxiliam os turistas a realizarem as trilhas do local. Quem procura espaços culturais não pode deixar de conhecer o Centro Cultural Dr. Santo Bornéo e a Igreja Matriz São José.

O Centro Cultural Dr. Santo Bornéo fica em frente à Praça São José e em seu prédio funcionam a Secretaria Municipal de Turismo, o Centro de Informações, a Biblioteca, o Museu Irmã Tarcila Afonso e o artesanato. A casa foi construída em 1935. Os primeiros moradores eram da família Vóges. Já funcionou como escola, pensão (hotel), clube, bar, prefeitura e Câmara de Vereadores. Em dezembro de 1998 o prédio foi revitalizado pela ONG Projeto Curicaca e transformado em Centro Cultural.

A Igreja Matriz São José fica bem no centro da cidade. Sua arquitetura é em estilo barroco. No interior há pinturas feitas pelo famoso pintor Aldo Locatelli. No altar encontram-se imagens do Monte Calvário e de diversos santos, como São José, Virgem Maria e Nossa Senhora do Rosário. A torre da Matriz tem 32 metros de altura. Um passeio imperdível para quem gosta de desvendar as belezas de nosso país continental. ■



## **SUPER-HOMEM, A CANÇÃO**

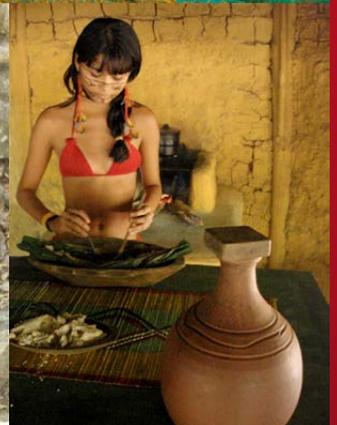
*Gilberto Gil*

*Um dia, vivi a ilusão de que  
ser homem bastaria,  
que o mundo masculino tudo me daria  
do que eu quisesse ter.*

*Que nada, minha porção mulher  
que até então se resguardara  
é a porção melhor que  
trago em mim agora.  
É o que me faz viver.*

*Quem dera pudesse todo homem  
compreender, ó mãe, quem dera!,  
ser o verão o apogeu da primavera  
e só por ela ser.*

*Quem sabe o super-homem  
venha nos restituir a glória,  
mudando como um Deus  
o curso da História  
por causa da mulher!*



Neste mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a APSEF, inspirada na bela canção de Gilberto Gil, presta sua singela homenagem a todas as mulheres, guerreiras que encontram força em suas fragilidades; paz diante das turbulências do dia a dia; coragem e ousadia quando tudo à volta sugere desânimo e rendição; e a determinação indestrutível de construir, em todos os momentos da vida, os alicerces de um mundo melhor, mais justo e solidário. Sejam nós, mulheres, o exemplo de que o mundo masculino precisa para se tornar definitivamente mais humano.

**Maria Cecília Landim**  
Presidente do Conselho Executivo

# Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados

A APSEF oferece a você:

- Defesa intransigente dos direitos e interesses coletivos, em conformidade com a Constituição Federal e legislação vigente, mediante o exercício da representação
- Acompanhamento permanente da legislação para adoção de medidas administrativas e judiciais visando a preservação dos direitos dos associados e a garantia da paridade com os servidores em atividade
- Assistência à saúde, lazer, turismo e similares, por meio de convênios e parcerias firmadas
- Garantia da aplicação e revisão dos atos de aposentadorias e pensões decorrentes de legislação superveniente que propicie a melhoria dos proventos e pensões, na forma da lei, pelas vias administrativas e/ou judiciais
- Concursos e similares como incentivo à criatividade dos associados
- Divulgação de matérias, de caráter geral e específico, voltadas para o interesse e a atualização dos associados e da sociedade em geral, por meio eletrônico ou de periódico

**ACESSE O NOSSO WEBSITE E ASSOCIE-SE!**

**[WWW.APSEF.ORG.BR](http://WWW.APSEF.ORG.BR)**

SCN Qd. 01, Bloco F, Nº 79  
Salas 1211/1213 – Edifício América Office Tower  
Brasília/DF - CEP 70.711-905  
Telefone: 0800 602 7171  
[presidencia@apsef.org.br](mailto:presidencia@apsef.org.br) | [www.apsef.org.br](http://www.apsef.org.br)

